

SIMULADO GRÁTIS:

POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO



**PMERJ
2021**

Oficial

**70 QUESTÕES ATUALIZADAS
QUESTÕES DISCURSIVAS
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
05H**

"A PERSISTÊNCIA
É O CAMINHO
DO ÊXITO"



SimuladosBR.Net



PROVA ESCRITA OBJETIVA

Direito Administrativo

01. Analise o trecho a seguir: “A atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.” Assinale a opção que apresenta o princípio fundamental da Administração Pública ao qual o trecho faz referência.

- A Legalidade
- B Impessoalidade
- C Moralidade
- D Publicidade
- E Eficiência

02. Com relação à Administração Pública Direta e Indireta, analise as afirmativas a seguir.

I. Administração direta é formada pelos órgãos subordinados diretamente às “pessoas” políticas, como as prefeituras.

II. Administração indireta ou descentralizada é formada pelas entidades administrativas criadas pelas “pessoas” políticas.

III. A administração indireta especial enquadra as entidades privadas permissionárias prestadoras de serviços públicos.

Está correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C III, apenas.
- D I e II, apenas.
- E I, II e III.

03. A discricionariedade administrativa refere-se à maneira pela qual a Administração Pública utiliza seu poder para exercer atos administrativos com a finalidade de atender ao interesse público. Em relação ao conceito de discricionariedade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A É a liberdade do administrador de tomar determinadas decisões, desde que esteja nos limites da lei.
- B É a expansão do ato administrativo por agentes putativos, em consonância com o arcabouço legal.
- C É a ação realizada com desrespeito à ordem jurídica vigente, em função de um viés pessoal.
- D É a permissão da execução de ato pela administração, sem recorrer ao Poder Judiciário
- E É a vinculação de ato administrativo à lei, sem possibilidade de questionamento.

04. Com relação ao processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999, detalha, em seu Art. 4º, que são deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

- I. expor os fatos conforme a verdade;
- II. proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- III. agir de modo temerário.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- D se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E se todas as afirmativas estiverem corretas.

05. Considere a hipótese em que o Governo do Rio de Janeiro realize uma licitação para aquisição de novas impressoras para sua sede, e cinco fornecedoras fiquem empatadas, em condições idênticas, na disputa pelo fornecimento dos bens. Sobre os critérios de desempate, conforme o disposto na Lei nº 8.666/93, será escolhida a empresa que

- A for brasileira e produza os computadores na China, mas não contenha capital nacional.
- B produza os computadores em Portugal, mas invista em pesquisa e tecnologia no Brasil.
- C for uma empresa chinesa que produza os computadores no Brasil, mas utilize mão de obra chinesa.
- D cumpra a reserva de cargos para deficientes e atenda regras de acessibilidade, mas utilize brasileiros expatriados nos Estados Unidos como mão de obra.
- E for a vencedora do sorteio oficial realizado em caso de empate.

06. A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento, observada a necessária qualificação, é:

- A concorrência;
- B tomada de preço;
- C carta convite;
- D concurso;
- E leilão.

07. Serviço público é toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.

Dentre os princípios que se aplicam ao serviço público, destaca-se:

- A generalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado a todos os usuários, de forma impessoal e gratuita;
- B continuidade, segundo o qual o serviço não pode ser paralisado em qualquer hipótese;
- C modicidade, segundo o qual o serviço público deve ser remunerado a preços módicos;
- D eficiência, segundo o qual o serviço público deve ser prestado com qualidade superior a serviço equivalente oferecido pela iniciativa privada;
- E economicidade, segundo o qual o serviço público deve ser subsidiado pelo poder público, a fim de que a tarifa seja acessível a todos.

08. O poder decorrente da lei, conferido ao agente administrativo para o desempenho regular de suas atribuições, é uma característica do requisito

- A forma.
- B finalidade.
- C competência.
- D motivação.
- E objeto ou conteúdo.

09. Assinale a alternativa que contempla os elementos do ato administrativo.

- A habilitação, motivação, finalidade pública, legalidade e conteúdo
- B competência, tutela, motivo, forma e vinculação
- C forma, finalidade, vinculação e decisão
- D competência, finalidade, forma, motivo e objeto
- E habilitação, forma, tutela, motivo e decisão

10. Quanto ao Comando e Subordinação, previsto no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, pode-se afirmar:

- A O Praça é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de funções de Comando, de Chefia e de Direção.
- B A subordinação, embora afete a dignidade pessoal do policial-militar, decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar.
- C Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução.
- D Os Tenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; deverão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar.
- E Subordinação é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o policial-militar é investido

legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização policial-militar.

11. Os policiais-militares têm direito ao período de nupcias a contar do dia da realização do seu casamento. O referido período é de:

- A cinco dias;
- B oito dias;
- C dez dias;
- D doze dias;
- E trinta dias.

12. Acerca dos consórcios públicos, é incorreto o que se afirma em:

- A Os consórcios são constituídos mediante contratos, daí porque os participantes se encontram em posições antagônicas.
- B É um negócio jurídico plurilateral regido pelas normas de direito público.
- C Compreende a cooperação mútua entre os participantes.
- D Os participantes possuem interesses comuns.
- E Os consórcios públicos se apresentam com a forma de pessoa jurídica.

13. A respeito do controle da Administração Pública exercido pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que:

- A alcança atos praticados no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo.
- B incide sobre os atos de admissão de pessoal do Poder Judiciário em relação aos cargos efetivos e em comissão.
- C produz auditorias nas unidades administrativas dos três poderes, exceto nas pessoas da administração indireta do Estado.
- D gera decisões com eficácia de título executivo apenas nas aplicações de multa aos jurisdicionados.
- E não abrange a apreciação da constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

14. Mário, servidor público, foi informado por seu superior hierárquico que determinada conduta por ele praticada, apurada em sindicância interna, seria comunicada ao órgão competente para fins de ajuizamento de ação por ato de improbidade administrativa. Considerando a sistemática vigente, o referido órgão:

- A só pode ser o Ministério Público, tendo a ação natureza extrapenal;
- B só pode ser a Procuradoria do ente lesado, tendo a ação natureza extrapenal;

C só pode ser o Ministério Público, tendo a ação natureza penal;

D pode ser o Ministério Público ou a Procuradoria do ente lesado, tendo a ação natureza extrapenal;

E pode ser o Ministério Público, a Defensoria Pública ou a Procuradoria do ente lesado, tendo a ação natureza extrapenal.

Direito Constitucional

15. No que tange ao Ministério Público, é incorreto afirmar que

A é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.

B são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

C ao Ministério Público é assegurada a autonomia funcional e administrativa.

D se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária anterior.

E é incumbência do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

16. A respeito dos juízes, pode-se afirmar que:

A sempre residirão na comarca em que exercem suas funções regulares, devendo solicitar ao Tribunal a que estão vinculados qualquer mudança de endereço;

B possuem a garantia da vitaliciedade, o que lhes assegura o direito de exercerem a função enquanto o desejarem ou até que a percam por força de sentença judicial transitada em julgado;

C podem ser promovidos por antiguidade, sendo possível a recusa do juiz mais antigo, pelo Tribunal a que estão vinculados, observado o quórum e o procedimento próprios, bem como a ampla defesa;

D possuem a garantia da inamovibilidade, o que impede que sejam removidos compulsoriamente do órgão no qual estejam exercendo suas funções regulares;

E o seu acesso aos Tribunais de segundo grau dar-se-á exclusivamente pelo critério de antiguidade, a ser apurado na última ou única entrância da carreira.

17. A Constituição da República de 1988 estabelece que o servidor público estável só perderá o cargo nas hipóteses lá elencadas, dentre elas, em virtude de:

A sentença judicial recorrível, em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

B procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa;

C sindicância sumária disciplinar, em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

D processo administrativo de que tenha resultado condenação por ato de improbidade administrativa aplicada pelo chefe do Poder Executivo;

E inquérito policial do qual tenha resultado relatório final assinado pelo Delegado de Polícia apontando prática de crime.

18. A partilha territorial da competência legislativa caracteriza a forma federativa. Diferentes são as técnicas de repartição dessa competência. A propósito do tema, assinale a alternativa correta.

A Com nítida inspiração norte-americana, a Constituição adota tão somente o modelo clássico de repartição horizontal, ao enumerar as competências privativas da União e reservar aos Estados as demais competências.

B Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de competência legislativa privativa da União.

C Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.

D A União poderá, mediante lei complementar, instituir regiões e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

E As leis federais gozam de superioridade hierárquica em relação às leis estaduais.

19. A Constituição Federal organizou vários temas de forma inovadora. Um deles foi o Sistema de Segurança Pública, que inclui no seu rol a seguinte corporação:

A Polícia do Legislativo.

B Polícia do Judiciário.

C Polícia Real.

D Polícia Ferroviária Federal.

E Polícia do Sistema Metroviário.

20. Em relação ao estado de defesa e ao estado de sítio, assinale a afirmativa correta.

A Devem ser decretados pelo Congresso Nacional, a partir de provocação do Presidente da República.

B A atuação do Congresso Nacional está limitada à fiscalização dos atos praticados pelo Presidente da República.

C Deve ser colhido o pronunciamento do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional no item voltado à sua decretação.

D No caso de comprovada ineficácia das medidas adotadas durante o estado de sítio, é autorizada a decretação do estado de defesa.

E É vedada a restrição da liberdade de imprensa durante o estado de sítio.

21. A Constituição da República Federativa do Brasil dedicou uma seção específica à educação, tendo estabelecido, em seu Art. 205, que ela é “direito de todos e dever do Estado e da família”. Considerando a funcionalidade da Constituição e a natureza das normas constitucionais afetas a essa temática, assinale a afirmativa correta.

A O acesso à educação básica obrigatória caracteriza um direito público subjetivo.

B O acesso aos distintos níveis de ensino sempre consubstanciará um direito social imediata e integralmente exigível.

C A educação é um direito social que não sofre a influência da denominada “reserva do possível” para a sua efetividade.

D As normas afetas ao direito à educação sempre terão eficácia plena e aplicabilidade imediata.

E Todas as normas afetas ao direito à educação possuem natureza programática.

22. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá ser impedido de exercer o mandato caso pratique crime comum ou de responsabilidade. Se o Presidente da República for acusado da prática de crime de responsabilidade, é correto afirmar que:

A instaurado o processo no Senado Federal, ele será suspenso das funções pelo prazo de cento e vinte dias;

B a admissibilidade da acusação será decidida, por maioria absoluta, pela Câmara dos Deputados;

C caso seja condenado, deverá cumprir pena em regime aberto;

D será submetido a julgamento perante o Senado Federal;

E na vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

23. No tocante à Câmara dos Deputados, é correto afirmar que:

A Sua eleição respeita o princípio proporcional e admite como candidatos somente brasileiros natos com idade mínima de 21 anos.

B Sua eleição respeita o princípio majoritário, admite como candidatos brasileiros natos e naturalizados com idade mínima de 30 anos.

C Sua eleição respeita o princípio majoritário e admite como candidatos somente brasileiros natos com idade mínima de 21 anos.

D Sua eleição respeita o princípio majoritário, admite candidatos brasileiros natos e naturalizados com idade mínima de 30 anos.

E Sua eleição respeita o princípio proporcional, admite candidatos brasileiros natos e naturalizados com idade mínima de 21 anos.

24. A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, abrangendo a esfera Municipal. Com relação ao Acesso à Informação, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, exceto:

A Prorrogar o prazo de resposta por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente, quando não sendo possível conceder o acesso à informação em prazo inferior a 20 (vinte) dias.

B Destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

C Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.

D Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.

E Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

25. Anastácio, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, a condição de eleitor de Anastácio era imprescindível para que ele pudesse ajuizar

A mandado de segurança.

B mandado de injunção.

C habeas corpus.

D ação popular.

E habeas data.

26. No que tange à liberdade de associação profissional ou sindical, assinale a afirmativa correta.

A É livre a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

B Uma vez aposentado, o indivíduo, ainda que filiado, não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

C É vedada a dispensa do empregado sindicalizado somente a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical.

D Ninguém pode ser obrigado a filiar-se a sindicato, mas, uma vez filiado, será obrigado a manter-se filiado até a aposentadoria.

E A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

27. O rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 permite concluir que no Brasil:

A não há possibilidade de uma pessoa ser condenada à pena de morte;

B ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

C nenhum brasileiro será extraditado;

D o Tribunal do Júri é competente para julgamento dos crimes contra a vida;

E às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de educação.

28. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura, em seu artigo 5º, o exercício e a proteção de diversos direitos pelo Estado e, inclusive, garante a gratuidade para o exercício de diversos dos direitos ali previstos. Desta forma, assinale a alternativa que não representa expressa disposição constitucional de ausência de recolhimento de custas, taxas ou emolumentos.

A Ação Popular.

B Habeas Corpus.

C Habeas Data.

D Direito de Petição

E Mandado de Segurança.

Direito Penal

29. Observando as afirmações sobre os princípios constitucionais penais, marque a alternativa INCORRETA:

A O princípio da legalidade veda a existência de crime sem lei que o defina e impede a existência de pena sem cominação legal.

B O princípio da anterioridade permite que o fato praticado anteriormente à vigência da lei penal que o define como crime seja punido.

C O princípio da legalidade ou da reserva legal impede a criação de crimes e a cominação de penas por medidas provisórias.

D O princípio da lesividade ou da exclusiva proteção de bens jurídicos impede que a lei consagre como crime fato que não acarrete lesão ou perigo de lesão a bem jurídico de terceiro.

E Tipos penais que não definem com clareza o fato proibido, tornando-o evidente, violam o princípio da legalidade.

30. Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou:

A a teoria da atividade, pela qual considera-se praticado o delito no momento da conduta, ainda que distinto o momento do resultado, jurídico ou naturalístico;

B a teoria do resultado, pela qual considera-se praticado o delito no momento da ocorrência do resultado, jurídico ou normativo;

C a teoria da ubiquidade, pela qual considera-se cometido o delito tanto no momento da conduta como no do resultado, dependendo do que for mais benéfico ao autor do fato;

D a teoria do resultado normativo, pela qual considera-se cometido o crime no momento da ocorrência do resultado naturalístico;

E duas teorias, a da atividade e a da territorialidade condicionada, dependendo da natureza do crime cometido.

31. Ocorrido um fato criminoso, às vezes duas ou mais normas se apresentam para regulá-lo, surgindo o chamado conflito aparente de normas. A respeito de tal questão, assinale a afirmativa incorreta.

A A pluralidade de fatos e a pluralidade de normas são pressupostos do conflito, que aparentemente com eles se identificam.

B O princípio da subsidiariedade atua como “soldado de reserva”, aplicando a norma subsidiária menos grave quando impossível a aplicação da norma principal mais grave.

C A questão da progressão criminosa e do crime progressivo é resolvida pelo princípio da absorção ou consunção.

D Na progressão criminosa, o agente inicialmente pretender praticar um crime menos grave, e, depois, resolve progredir para o mais grave.

E No crime progressivo, o sujeito, para alcançar o crime querido, passa necessariamente por outro menos grave que aquele desejado.

32. Mévio, superior hierárquico de Tício, Oficial de Justiça, solicitou que ele alterasse o teor de determinada certidão em mandado de busca e apreensão. Apesar de ter conhecimento de que a conduta não era correta, Tício atendeu a solicitação de Mévio, já que este era seu superior hierárquico e os dois eram também amigos de infância. Descobertos os fatos, foi instaurado procedimento investigatório, razão pela qual Tício procura seu advogado para esclarecimentos. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tício deverá esclarecer que sua conduta configura:

A fato típico, mas não ilícito, em razão do estrito cumprimento do dever legal;

B fato típico, mas não ilícito, em razão da obediência hierárquica;

C fato típico, ilícito e culpável;

D fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da obediência hierárquica;

E fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da coação moral irresistível.

33. Exclui, em qualquer caso, a imputabilidade penal:

A a violenta emoção.

B a embriaguez culposa.

C a embriaguez preordenada.

D a menoridade, ainda que o indivíduo seja casado.

E a perturbação da saúde mental.

34. "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados". Tal hipótese refere-se:

A ao crime preterdoloso.

B ao crime consumado.

C à tentativa branca.

D ao crime impossível

E a desistência voluntária e arrependimento eficaz

35. Com relação à lei penal no espaço, assinale a afirmativa incorreta.

A A legislação penal brasileira adota o princípio da territorialidade absoluta.

B Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes praticados em aeronave pública brasileira ainda que esteja em território estrangeiro.

C As embaixadas estrangeiras não são consideradas território estrangeiro, aplicando-se a lei brasileira nos crimes praticados no seu interior, salvo quando o autor for agente diplomático ou possua imunidade diplomática.

D São princípios empregados para solucionar a regra da extraterritorialidade: personalidade ou nacionalidade, domicílio, defesa, justiça universal, representação ou da bandeira.

E Para fins de Direito Penal, o conceito de território não se restringe à área limitada pelas fronteiras brasileiras.

36. O Código Penal brasileiro traz diversos crimes que podem ser praticados por uma única pessoa, mas também prevê algumas hipóteses em que o concurso de pessoas é necessário. Como regra geral, quando duas ou mais pessoas, unidas em ações e desígnios, praticam em conjunto um delito, pode-se falar em concurso de pessoas. Sobre essa tema, é correto afirmar que o Código Penal adotou, em regra, a Teoria:

A Pluralista, com exceções;

B Dualista, sem exceções;

C Monista, com exceções;

D Dualista, com exceções;

E Monista, sem exceções.

37. É(são) causa(s) de extinção da punibilidade presente(s) apenas em relação a crimes de ação penal pública de iniciativa privada:

A perdão do ofendido;

B perdão do ofendido e decadência;

C decadência, renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido;

D perdão judicial e perdão do ofendido;

E perdão judicial, perdão do ofendido e renúncia ao direito de queixa.

38. Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

A lesão corporal seguida de morte;

- B lesão corporal qualificada pelo aborto;
- C aborto na modalidade dolo eventual, apenas;
- D aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida;
- E lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

39. Durante evento na loja de uma operadora de telefonia móvel, Tereza, aproveitando-se da distração dos funcionários, subtraiu para si um aparelho celular. Ao chegar em casa, sua mãe descobriu o fato e a convenceu a comparecer à delegacia para devolver o aparelho subtraído, o que foi por ela feito no dia seguinte. Diante dos fatos narrados, a conduta de Tereza configura:

- A furto na forma tentada, pois houve arrependimento eficaz;
- B furto na forma tentada, pois houve desistência voluntária;
- C atipicidade, em razão do arrependimento eficaz;
- D furto na forma consumada, com a causa de diminuição pelo arrependimento posterior;
- E furto na forma consumada, sem causa de diminuição de pena, pois a restituição da coisa não se deu de maneira espontânea.

40. O Código Penal prevê uma série de crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral. De acordo com esse diploma legal, a conduta de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” configura crime de:

- A advocacia administrativa;
- B condescendência criminosa;
- C usurpação de função pública;
- D tráfico de influência;
- E prevaricação.

41. Constituem crimes hediondos, EXCETO:

- A homicídio em atividade típica de grupo de extermínio praticada por um agente só;
- B epidemia com resultado morte;
- C favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- D envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal;
- E lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra integrante do sistema prisional.

42. Noeli compareceu à delegacia de polícia para registrar boletim de ocorrência contra seu companheiro Erson pelo crime de ameaça. Após

chegar em casa, Noeli ouviu pedido de desculpa de seu companheiro e apelou para que desista da representação. Considerando o disposto na legislação aplicável, quanto à possibilidade de retratação da representação apresentada, Noeli:

- A não poderá desistir da representação, por tratar-se de ação pública;
- B poderá se retratar perante a autoridade policial até o oferecimento da denúncia;
- C poderá se retratar perante o juiz, em audiência especial, até o recebimento da denúncia;
- D poderá se retratar perante o juiz ou a autoridade policial até a sentença;
- E não poderá se retratar após o oferecimento da denúncia, ainda que na presença do juiz e acompanhada de advogado.

Direito Processual Penal

43. A Constituição da República e o Código de Processo Penal preveem regras e princípios para solucionar conflitos no tema “a lei no tempo”. À lei puramente processual penal aplicam-se os seguintes princípios:

- A da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica;
- B da aplicação imediata e do tempus regit actum (tempo rege o ato);
- C da inalterabilidade e da ultratividade da lei benéfica;
- D da ultratividade e da retroatividade da lei benéfica ao réu;
- E da retroatividade da lei prejudicial e da ultratividade da lei benéfica.

44. Uma reforma que pretenda incorporar traços do sistema acusatório na legislação processual penal vigente deve orientar-se no sentido de

- A concentrar a gestão da prova na pessoa do juiz.
- B ampliar os espaços de oralidade nos atos processuais.
- C reduzir a imediação judicial na produção da prova.
- D limitar a publicidade dos atos processuais.
- E ampliar a tarifação e a taxatividade das provas.

45. Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei

- A nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B processual penal não admitirá aplicação analógica.
- C processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.

D nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.

E nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

46. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

A consiste em procedimento de natureza inquisitorial, que se destina à busca de elementos que indiquem a existência da infração penal e de indícios de autoria;

B está regido pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, devendo a autoridade policial sempre deferir as diligências requeridas pelo advogado do indiciado;

C pode a autoridade policial promover seu arquivamento, tão logo entenda desnecessária a investigação;

D cabe recurso para o Chefe do Ministério Público do despacho que indeferir sua abertura;

E deve sempre acompanhar a denúncia ou a queixa, com o que se revela sua indispensabilidade para a deflagração da ação penal.

47. Um delegado, no curso do Inquérito Penal, poderá deixar de realizar, a seu juízo, a seguinte diligência:

A colheita de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

B determinação, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

C oitiva do indiciado.

D oitiva do ofendido.

E diligência que for requerida pelo ofendido.

48. Brenda, empregada doméstica, foi presa em flagrante pela prática de um crime de furto qualificado contra Joana, sua empregadora. O magistrado, após requerimento do Ministério Público, converteu a prisão em flagrante em preventiva. Nessa hipótese, de acordo com o Código de Processo Penal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de:

A 05 (cinco) dias;

B 10 (dez) dias;

C 15 (quinze) dias, improrrogáveis;

D 15 (quinze) dias, prorrogáveis por decisão judicial;

E 30 (trinta) dias.

49. A ação penal pode ser iniciada através do oferecimento de denúncia, nas ações penais públicas, ou queixa, nas ações penais privadas, cada uma das espécies de ação possuindo tratando próprio previsto no Código de Processo Penal. São

aplicáveis às ações penais de iniciativa privada os princípios da:

A oportunidade, disponibilidade e indivisibilidade;

B obrigatoriedade, disponibilidade e indivisibilidade;

C conveniência, disponibilidade e divisibilidade;

D oportunidade, indisponibilidade e intranscendência;

E conveniência, divisibilidade e intranscendência.

50. Na hipótese de legitimidade em razão da morte do ofendido, se o querelante desistir da ação penal proposta e tendo comparecido mais de um para prosseguir na ação, prevalece a seguinte ordem:

A cônjuge, irmão, descendente ou ascendente.

B descendente, ascendente, irmão e cônjuge.

C ascendente, descendente, cônjuge e irmão.

D irmão, cônjuge, ascendente ou descendente.

E cônjuge, ascendente, descendente e irmão.

51. São condições de procedibilidade da ação penal pública:

A representação do ofendido quando a lei o exige e possibilidade jurídica do pedido.

B possibilidade jurídica do pedido e legitimação para agir.

C legitimação para agir e requisição do Ministro da Justiça quando a lei a exige.

D entrada de agente no território nacional no caso de crime praticado no exterior e a representação do ofendido quando a lei o exige.

E requisição do Ministro da Justiça quando a lei o exige e interesse de agir.

52. Incumbe ao juiz, como sujeito da relação processual penal,

A extinguir o processo, quando o Ministério Público não lhe der andamento.

B instaurar de ofício o processo, quando houver interesse público.

C instaurar o processo, quando houver representação da vítima.

D exercer o poder de polícia na condução do processo, podendo requisitar a força pública.

E instaurar o processo, quando houver representação do Delegado de Polícia.

53. Giovanni foi preso em flagrante pela prática do crime de homicídio qualificado, sendo lavrado o auto de prisão respectivo em 18/12/2020. Considerando que até o dia 22/12/2020 o preso, sem qualquer motivação idônea, ainda não havia sido apresentado ao juiz para realização de audiência de custódia, a prisão:

- A será mantida, pois a realização da audiência de custódia é facultativa;
- B tornou-se ilegal, devendo ser relaxada pelo delegado de polícia;
- C tornou-se ilegal, devendo ser relaxada pela autoridade judiciária competente;
- D será mantida, pois a audiência de custódia será dispensável quando tratar-se de crime hediondo ou inafiançável;
- E será mantida, pois a legislação vigente não prevê a realização de audiência de custódia.

54. A Lei nº 9.099/1995 dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, próprios para o julgamento dos delitos de menor potencial ofensivo, prevendo regramento e institutos próprios. De acordo com a referida legislação e outras subsequentes:

- A os crimes de menor potencial ofensivo sempre serão julgados no Juizado Especial Criminal;
- B caberá recurso de apelação contra a decisão que rejeitar a denúncia;
- C não será possível a suspensão condicional do processo quando não oferecida ou aceita a transação penal;
- D a sentença deverá, obrigatoriamente, conter relatório, fundamentação e parte dispositiva;
- E consideram-se infrações de menor potencial ofensivo aquelas em que apenas a máxima não é superior a dois anos e não possuem a elementar violência ou grave ameaça à pessoa.

55. No processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é certo que,

- A se não for conhecido o endereço do acusado, ou estiver fora da jurisdição, será declarada, de plano, sua revelia.
- B a matéria refere-se aos crimes afiançáveis, ou não, praticados por funcionários públicos contra a administração, previstos nos dispositivos penais.
- C se o juiz julgar procedente a resposta preliminar, receberá a denúncia ou a queixa e designará a data para instrução e julgamento.
- D o co-autor ou partícipe não funcionário também gozam do direito de resposta preliminar, excluindo a defesa prévia do procedimento ordinário.
- E a característica do procedimento é a resposta preliminar que o acusado, devidamente notificado, pode apresentar em 15 (quinze) dias da notificação.

56. Sobre a saída temporária de visita à família, prevista no Art. 122, da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- A pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, com a possibilidade de ser renovada por mais quatro vezes ao ano;
- B pode ser autorizada a presos que cumprem pena no regime fechado e no regime semiaberto;
- C o juiz não poderá impor a fiscalização por meio de equipamento de monitoração eletrônica;
- D para a concessão, o apenado primário deverá cumprir pelo menos 1/4 da pena, e o apenado reincidente, pelo menos 1/3 da pena;
- E após a concessão, a prática de falta disciplinar de natureza média revoga automaticamente o benefício.

Direito Penal Militar

57. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O Código Penal Militar prevê hipóteses de imputabilidade de menores de 18 anos. No entanto, tais dispositivos não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988.
- () Em um motim liderado pelos Sargentos Pepper e Lennon, participa o Tenente Macartney que, no entanto, apenas segue as instruções daqueles dois, a exemplo das praças participantes. Por tal motivo, Macartney não pode ser considerado cabeça, nos termos do CPM.
- () O CPM prevê a pena de impedimento, aplicável apenas ao crime de insubmissão.

- A V – V – V
- B V – F – V
- C F – V – V
- D F – F – V
- E F – V – F

58. A respeito do concurso de agentes, assinale a alternativa que corresponde a uma das hipóteses ao previsto no art. 53 e seus parágrafos, todos do Código Penal Militar.

- A Em regra, as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam a todos aqueles que concorrem para a prática do crime militar.
- B Se um dos agentes participa da execução de crime militar em razão da promessa de pagamento de recompensa, sua pena será agravada.
- C O agente que instiga alguém sujeito à sua autoridade a cometer o crime terá sua pena atenuada.
- D Sempre será considerado “cabeça” o militar inferior hierárquico que instiga a ação, mesmo quando o crime militar for praticado por inferiores e oficiais.

E A punibilidade de qualquer um dos concorrentes está ligada à dos demais, de modo que a absolvição de um dos réus resulta na absolvição de todos os demais.

59. Entre os crimes contra a administração militar, o Código Penal Militar prevê o crime militar de peculato, o qual se caracteriza quando o agente pratica a conduta de

A apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.

B apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza.

C subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

D exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

E exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

60. Considerando os crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal Militar, é possível asseverar que:

A são crimes militares contra o patrimônio apenas o furto, roubo e o estelionato.

B é criminalizado o furto de uso.

C a conduta de subtrair para si coisa alheia móvel configura crime de roubo, mesmo que não haja violência.

D inexistente o crime de dano na esfera penal militar.

E inexistem os crimes contra o patrimônio na esfera penal militar, devendo o operador do direito recorrer ao Código Penal comum.

61. Nos termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que

A pratica o crime militar de deserção o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

B caracteriza o crime militar de revolta a reunião de militares agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la.

C promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar caracteriza o crime militar de motim.

D o militar que, embora não tendo a posse ou a detenção de dinheiro, valor ou bem, público ou particular, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou

de funcionário, incorre no crime militar de peculato culposo.

E a participação de militar, de modo ostensivo ou simulado, diretamente ou por interposta pessoa, em contrato, fornecimento ou concessão de qualquer serviço concernente à administração militar, sobre que deva informar ou exercer fiscalização em razão do ofício caracteriza o crime militar de corrupção passiva.

62. Em relação ao Art. 89 do CPM, que trata do Livramento Condicional, marque a alternativa INCORRETA:

A Um dos requisitos para que ocorra o Livramento Condicional, é que o condenado tenha cumprido metade da pena, se primário.

B Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado, em sentença irrecorrível, a penal privativa de liberdade.

C O condenado a pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a 02 (dois) anos pode ser liberado condicionalmente.

D A boa conduta durante a execução da pena, a adaptação ao trabalho e às circunstâncias atinentes à sua personalidade, ao meio social e à sua vida pregressa, permitem supor que voltará a delinquir.

E Em seu § 2º, contempla o livramento etário, em que se reduz a exigência de cumprimento de pena para menores de 21 e maiores de 70 anos.

63. Em relação ao crime militar, o Código Penal Militar

A define crime doloso como sendo aquele cometido pelo agente que deixa de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levemente que poderia evitá-lo.

B trata da excepcionalidade do crime culposo, definindo que, salvo os casos expressos em lei, o agente somente será punido por fato previsto como crime caso o pratique dolosamente.

C não prevê punição para os crimes tentados.

D expressamente prevê, para a hipótese do crime impossível, a aplicação da pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços.

E afirma que não haverá crime quando o agente que pratica o fato quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Direitos Humanos

64. Em face da Constituição Federal é possível afirmar que os tratados internacionais

- A têm hierarquia de lei ordinária, independentemente da matéria.
- B sobre direitos humanos têm um tratamento especial.
- C sobre direitos humanos ingressam de forma direta e imediata no ordenamento jurídico interno.
- D serão equivalentes as normas constitucionais.
- E têm hierarquia suprallegal.

65. São características dos Direitos humanos

- A universalidade, indivisibilidade, renunciabilidade, historicidade, aplicabilidade imediata e caráter declaratório.
- B universalidade, proibição de retrocesso, disponibilidade individual, historicidade, caráter meramente declaratório e imprescritibilidade.
- C universalidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade, indivisibilidade, proibição de retrocesso, aplicabilidade imediata e caráter declaratório.
- D universalidade, interdependência, não complementariedade, alienabilidade, renunciabilidade, imprescritibilidade e proibição de retrocesso.
- E universalidade, irrenunciabilidade, prescritibilidade, indivisibilidade, proibição de retrocesso, aplicabilidade imediata e caráter declaratório.

66. A violação dos Direitos Humanos, por parte de forças policiais, tem como consequência nefasta o (a)

- A aumento da obediência da população.
- B diminuição da confiança da população nessas forças.
- C aproximação entre polícia e comunidade.
- D liberação de inocentes e a punição de culpados.
- E atendimento qualitativo à vítima, cuja demanda é respondida com mais eficiência.

67. Constituem crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, EXCETO

- A impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.
- B negar ou obstar emprego em empresa privada.
- C recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.
- D impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.
- E injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, utilizando-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem.

68. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Capítulo IV do Direito a Educação, em seu Art. 28, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o/a:

- A sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado na infância e adolescência.
- B oferta de educação bilíngue, sendo a língua portuguesa como primeira língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- C acesso da pessoa com deficiência a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar, específico para pessoa com deficiência.
- D participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar.
- E formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, apenas no nível superior de ensino.

69. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade:

- A Caracterizar as violências contra LGBT também como violência às mulheres.
- B Condenar à penalidade máxima todos os homens que violentam mulheres.
- C Estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.
- D Promover benefícios financeiros, intelectuais e sociais às mulheres que sofrem de violência.
- E Tipificar os tipos de crimes contra a mulher, principalmente no que se refere à importunação sexual, à liberdade sexual e aos crimes sexuais contra vulnerável, bem como definir as penas para cada infração.

70. São princípios da Política Municipal para a População em Situação de Rua do Rio de Janeiro, exceto:

- A o desrespeito ao indivíduo;
- B o direito à convivência familiar e comunitária;
- C a valorização e o respeito à vida e à cidadania;
- D o atendimento humanizado e universalizado;
- E o respeito as condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, sexo, orientação religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

PROVA ESCRITA DISCURSIVA

- A Prova Escrita Discursiva possui caráter **eliminatório** e **classificatório**.
- A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta azul** ou **preta**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a **Folha de Textos Definitivos**.
- Será atribuída **nota zero** à questão da Prova Escrita Discursiva que: **a)** for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; **b)** estiver em branco; e/ou **c)** apresentar letra ilegível.
- Na avaliação da Prova Escrita Discursiva, será considerado o **grau de conhecimento** do tema demonstrado pelo candidato, bem como a **fluência** e a **coerência** da exposição.

Hércules viajou para uma cidade fronteira entre Brasil e Paraguai e abasteceu seu automóvel estilo picape média com milhares de caixas de cigarro produzidos na nação paraguaia, uma vez que o produto tem baixo custo naquele país. Hércules retornou ao Brasil sem passar pela barreira aduaneira, pois pretendia vender lucrativamente a mercadoria adquirida, mas foi interceptado por um bloqueio policial, que vasculhou o veículo e deu voz de prisão ao motorista.

Considerando a situação narrada, e sabendo que a ordem jurídica brasileira proíbe o ingresso de cigarros de tabaco do estrangeiro para o território nacional (importação) e tendo em vista a legislação penal e processual penal aplicável, responda as questões a seguir:

QUESTÃO 01

- a) por qual crime Hércules deve ser investigado?
- b) Em razão da pena mínima prevista ao delito cometido, é possível propor a ele a suspensão condicional do processo (sursis processual)?

QUESTÃO 02

- a) Qual destino a lei penal prevê para a mercadoria apreendida junto com Hércules, caso seja ele processualmente condenado?
- b) Se a mercadoria transportada por ele fosse composta por telefones celulares de importação lícita que totalizariam, somados, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em tributos não recolhidos, quais seriam as respostas, respectivamente, a esse segundo caso?

QUESTÃO 03

- a) Distinga objetivamente os tipos penais, se forem diversos.

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

SimuladosBR

Gabarito

Simulado Grátis – Polícia Militar do Rio de Janeiro

NÍVEL SUPERIOR

Aluno Oficial / Aspirante-a-Oficial / 2ª Tenente (CFO/PMERJ)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	A	B	C	B	C	C	D	C	B	A	A	D	D	C	B	B	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	E	A	D	E	B	E	B	A	A	C	D	E	A	C	A	B	D	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	B	B	A	A	E	B	A	E	D	D	C	B	E	A	B	B	A	B
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										
A	D	B	B	C	B	E	D	C	A										

MODELO DE RESPOSTA – PROVA ESCRITA DISCURSIVA

O crime pelo qual Hércules será investigado será o de contrabando, previsto no art. 334-A do Código Penal, assim tipificado: "Importar ou exportar mercadoria proibida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos". Em razão de a pena mínima superar 1 (um) ano de privação de liberdade, não será possível propor a suspensão condicional do processo para Hércules, de acordo com o que prevê a Lei dos Juizados Especiais, que exige ser a pena mínima de até 1 (um) ano de detenção/reclusão para ser cabível o sursis.

De acordo com o art. 91, II, "b", do Código Penal, é efeito da eventual condenação a perda, em favor da União Federal, "do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso". Assim, os cigarros apreendidos com Hércules serão destinados à Fazenda Pública da União, pois não pode o agente lucrar com sua própria infração penal.

No que se refere ao transporte dos telefones celulares, Hércules será investigado pelo cometimento de crime de descaminho, nos termos do art. 334 do Código Penal, conforme a descrição típica do dispositivo: "Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos". Por ter pena iniciada em 1 (um) ano de reclusão, caso presentes os demais requisitos, possível seria a proposta de sursis processual. E o destino da mercadoria, assim como no crime de contrabando, é o perdimento em favor da União Federal, nos termos do art. 91, II, "b", do Código Penal, pelos mesmos fundamentos de ser vedada a lucratividade da conduta ilícita perpetrada pelo agente.

O delito de descaminho se distingue do contrabando no que diz respeito à qualidade da mercadoria importada – de entrada conduzida pelo agente do estrangeiro para o território nacional. Enquanto os cigarros são produtos de importação proibida pela legislação, os telefones celulares são objetos tido como lícitos, de importação permitida. Porém, no caso do descaminho, o desvalor da conduta se encontra no ponto de o agente iludir no todo ou em parte a arrecadação fiscal necessária sobre o fato gerador, a entrada de mercadoria. Pune-se, portanto, a possibilidade de sonegação.